



Parecer

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do nº 1 do art.º 32 da Lei nº 8/2007, de 14 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 8/2011, de 11 de abril, e 39/2014, de 9 de julho, conjugada com a Clausula 28.ª do Contrato de Concessão de Serviço Público de Rádio e Televisão de 06 de março de 2015, vem o Conselho de Opinião (CO) dar o seguinte Parecer ao Plano de Atividades e Investimentos e Orçamento da Empresa Pública Rádio e Televisão de Portugal, S. A. que, para o efeito lhe foi submetido, em última versão, a 22 de dezembro de 2017.

I –Notas Introdutórias:

1. O Plano de Atividades e Investimentos e Orçamento (PAIO) para 2018 conheceu três versões (uma em setembro e duas em dezembro), o que no mínimo não pode deixar de expressar uma dificuldade de relacionamento, especialmente nos aspetos informativos e orientadores entre a Empresa Pública e a sua tutela financeira, e está na base do não cumprimento dos prazos legais determinados para a sua apresentação, que esperamos seja em versão final.
2. O ano de 2018 encerra a primeira fase de um ciclo importante nas transformações ocorridas no modelo “*governance*” (de organização e governo) da Empresa Pública Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP, S.A.), com a criação e nomeação do Conselho Geral Independente (CGI), a que se seguiu a emanação por este das Linhas de Orientação Estratégica para a Sociedade (2015/2018) e que estiveram na base da escolha de um Projeto Estratégico (PE) que lhe foi submetido pelo indigitado Conselho de Administração (CA) para o mesmo período.
3. Teria sido, pois, desejável que o atual CA, no momento em que o CGI é renovado parcialmente e conseqüentemente prepara as novas Linhas de Orientação Estratégica, apresentasse no Plano de Atividades e Investimentos e Orçamento (PAIO) para 2018 ajustado a essa realidade, numa prudente e expectante leitura sobre as perspetivas de evolução da empresa e do serviço público que lhe cabe apresentar aos Portugueses.
4. Ora, na sua Mensagem de apresentação do PAIO para 2018 o CA, mais retrospectiva que prospetiva, a única nota que importa salientar resulta do acréscimo *in fine* de



Conselho de Opinião

que o Plano Global de Investimentos tem uma redução de 4,28 milhões de euros e que não ocorrerá qualquer aumento de capital (o CA previa um aumento de 16,29 milhões de euros em 2018), o que, como se calcula, irá fazer toda a diferença.

5. Mas, há ainda uma situação que, pela sua importância e gravidade, o CO lamenta que a Mensagem do Conselho de Administração não tivesse abordado **o drama que o País viveu (e ainda vive) das tragédias que o abalaram, provocadas pelos incêndios em julho e outubro**, e a falha evidente constatada no cumprimento da missão de informar que cabe ao Serviço Público de Rádio e Televisão em caso de catástrofe, conforme adiante se refere. E, principalmente, que não tenha assumido o compromisso de consagrar, desde já, medidas que previnam a irrepetibilidade destas falhas.
6. Importa, igualmente, destacar que o PAIO para 2018 não aponta nenhuma medida que consagre o controlo de qualidade da sua programação e de estancamento da sua crescente perda de audiências.

II – Apreciação na Generalidade:

1. O PAIO 2018 cita (pág. 53) na alínea: “*Visão Tecnológica 2018-2020 (migração para HD)*” um documento da União Europeia de Radiotelevisão (UER/EBU) - “*documento estratégico para o Serviço Público de Media (SPM) até 2020*” - que no entender do CO mereceria maior destaque e atenção, podendo mesmo servir-lhe de enquadramento e orientação, sem prejuízo do cumprimento do CCSPRT e do PE.

Abrangendo esse documento aspetos como o *Conteúdo, Audiências e Stakeholders e Organização* e enunciando “*10 recomendações principais para que o SPM se mantenha relevante para a sociedade em que está inserido*”, não faz sentido que apenas seja referido na parte da área tecnológica, que não pode ser encarada num quadro à parte da restante atividade da Sociedade, nomeadamente dos conteúdos. Este é, aliás, um dos problemas deste plano de atividades que, tal como os anteriores, não permite uma leitura e uma análise integradas dos conteúdos e dos respetivos meios técnicos, humanos e financeiros.

2. Embora louvando o esforço de sistematização na apresentação do PAIO 2018, lamenta-se que não enquadre as extraordinárias mudanças que este setor atravessa, nem reflita uma visão de futuro e que não haja um planeamento calendarizado da grande maioria das propostas, planeamento esse que se limita quase exclusivamente para as iniciativas exteriores à empresa, como sejam os





Conselho de Opinião

grandes eventos desportivos e musicais, entre os quais o Festival Eurovisão da Canção.

3. Continua também a não ser possível avaliar a estimativa de custos da grelha para cada serviço de programas no que respeita a conteúdos, como sejam, a *ficção* e os *documentários*, em particular quando se anuncia um corte de cerca de 8,339 milhões de euros (104,059 -95,720) nos custos de grelha em relação ao inicialmente previsto em setembro e seria importante saber qual o seu impacto, particularmente na RTP1.

Se no caso da Informação se torna difícil prever e programar com antecedência muitos dos acontecimentos nacionais e internacionais que o serviço público deve cobrir, já no sector dos programas de *stock* (filmes, telenovelas, séries, documentários, etc.) a previsão e o planeamento são não só possíveis como desejavelmente obrigatórios, pelo que se estranha que o PAIO 2018 seja muito pouco concreto, nomeadamente no que se refere à RTP1.

4. No caso das *séries* o PAIO 2018 refere algumas estreias previstas, porém, quanto à *ficção* diz-se apenas que serão emitidas "*longas-metragens*", sem concretizar quais, o mesmo acontecendo para *documentários* e "*grande entretenimento*". Ora, tratando-se de géneros que requerem frequentemente planificação antecipada estranha-se que não sejam indicados dados mais concretos sobre os mesmos, quer em termos orçamentais, quer ainda em horas de emissão.
5. Este vazio contrasta com as previsões para os restantes serviços de programas de televisão e principalmente no que respeita as antenas de rádio, cujos planos sectoriais de atividades são apresentados com detalhe.
6. Do nosso conhecimento sobre a empresa e da leitura global do Documento há, ainda, uma nota para a qual não se pode deixar de chamar a atenção: a da extrema obsolescência dos equipamentos e da fragilidade das condições técnicas de funcionamento da RTP, S.A. (mais visível na versão do PAIO de setembro!) e que podem pôr em causa o cumprimento das obrigações de Serviço Público, circunstância que fica agora agravada com a redução substancial do investimento nesta área (investimento previsto na primeira versão era de 10,2 milhões de euros contra os 4,3 milhões de euros na versão atualmente em análise).
7. Nota positiva merecem as propostas apresentadas para o *Multimédia* (págs. 31-32) onde se assume um forte investimento na forma de potenciar e tornar acessíveis os conteúdos dos diferentes serviços de programas. Esse investimento e outros projetados para a área técnica deveriam, no entanto, ser acompanhados por um



Conselho de Opinião

maior investimento na qualidade e na diversidade da programação, sem o que o esforço técnico e financeiro perderá parte da sua razão de ser.

8. De facto, se é certo que um dos principais objetivos do serviço público é chegar a todos os cidadãos em condições ótimas de audibilidade e visibilidade, através das diversas plataformas disponíveis, não é menos certo que a missão de serviço público será melhor cumprida se os conteúdos emitidos corresponderem em cada vez maior grau a necessidades e aspirações dos cidadãos.

III – Análise na Especialidade:

Seis Notas merecem ser destacadas no PAIO de 2018, umas pelas ausências, outras pela esperança que devolvem ao Serviço Público.

1ª. **Por uma Informação de Proximidade:**

Durante o período dos incêndios, a RTP, S.A. não esteve frequentemente à altura das suas responsabilidades, não tendo conseguido fornecer informação sobre os incêndios, e, sobretudo, informação útil que orientasse as pessoas que procuravam locais de refúgio e de fuga aos incêndios. Esta incapacidade, diretamente constatada por membros do próprio Conselho de Opinião e confirmada em audição no CO por responsáveis da informação, resultou, para além da falta de preparação específica, da ausência de uma matriz de informação de proximidade. Infelizmente, não são apresentadas propostas concretas para um novo modelo da informação da Empresa (Rádio e Televisão) enquanto **Informação de Proximidade**. O que poderia passar, nomeadamente pelo compromisso expressamente assumido de abertura de delegações ou reforço das existentes nas diversas zonas do País¹.

Um melhor Serviço Público informativo próximo das populações não se atinge exclusivamente com discussões de grupos de elite ou documentários informativos, sendo necessário melhorar a estratégia de produção da informação.

¹ Tendo sido assinado um Protocolo de Colaboração com a Proteção Civil, nenhum desenvolvimento posterior é assumido, como se, afinal, nada se tivesse passado.



2ª. A RTP2 no panorama televisivo do Grupo RTP, S.A.:

A RTP2 tem desenvolvido a sua atividade sem os meios e recursos (humanos e financeiros) desejáveis, numa situação próxima do intolerável. Mesmo assim, a sua programação tem merecido o elogio da crítica e do público mais exigente, mesmo se a quebra significativa da sua audiência não corresponda a essa aposta de qualidade.

O PAIO 2018 não nos deixa a esperança de que essa situação venha a melhorar.

Por isso, lembramos a Clausula 10.ª do CCSPRT, (Segundo Serviço de Programas Generalista de Âmbito Nacional), que acomete para o CGI e o futuro CA particular responsabilidades quanto à sua programação, e, naturalmente, para a consagração dos meios para os concretizar, o que, face ao momento de reformulação das suas Linhas de Orientação Estratégica, nos permitimos recordar.

3ª. Quanto aos Recursos Humanos:

O CO constata que o PAIO 2018, tal como os anteriores planos de atividades, é omissivo relativamente à disponibilização e formação de meios humanos e técnicos capazes de fazer face a acontecimentos imprevistos, como as catástrofes, em que a rádio e a televisão públicas deveriam ter um papel insubstituível.

Anunciando-se a intenção de aumentar o investimento em formação em várias áreas, esse aumento não é quantificado. Em 2017 previa-se o aumento do tempo de formação por trabalhador das 7 horas para 8 horas por ano, o que não cumpria a legislação que obriga as entidades patronais a garantirem um número mínimo de 35 horas de formação por ano por trabalhador.

No entender do CO, a RTP, S.A. deve assegurar as medidas para que as normas legais sejam cumpridas.

4ª. Quanto à Qualidade:

Mais um ano se irá passar sem que seja manifestada a necessidade de criação de um **Gabinete/Direção de Controlo Qualidade** que aprecie e garanta um melhor uso da Língua Portuguesa, qualidade das traduções das séries estrangeiras apresentadas, rigor técnico do trabalho das séries portuguesas exibidas e aprecie o cumprimento das obrigações contratualizadas nos serviços de produção terceirizados, nomeadamente no caso da produção independente.





5ª. Opções positivas que merecem apoio:

A promessa de melhoria das condições de funcionamento dos Centros Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A intenção de otimizar, no caso da RTP Açores, a rede de “correspondentes” nas ilhas, para além das de S. Miguel, Terceira e Faial, e o alargamento aos EUA e Canadá, através de ações de formação e de reequipamento, pese embora não se refira qual a estratégia que subjaz ao seu contributo para os programas de informação.

A continuação no investimento em instalações e equipamentos, nomeadamente em S. Miguel e Faial, ainda que não se aponte a necessária redistribuição de recursos humanos do Centro Regional pelas três delegações (Ponta Delgada, Horta e Praia da Vitória).

Lamenta-se que ainda não seja desta vez que, para lá dos quadros relativos ao Plano de Investimentos em curso, continue a não existir uma informação mínima em relação aos orçamentos privativos dos Centros Regionais dos Açores e Madeira.

É desejável que o CO saiba quais os montantes daqueles orçamentos, que verbas são destinadas aos custos com pessoal, aos custos de grelha, aquisição de bens e serviços, de entre outros custos.

6ª. Conhecimento e divulgação:

O inventário de necessidade de investimentos em equipamentos nas áreas de Tecnologia, Engenharia e de Emissão (elencado na primeira versão do PAIO em setembro) de que a Empresa está carente, revela também casos de uma obsolescência assustadora.

O facto de não se omitirem este tipo de necessidades (a que devem acrescer as de novas políticas para os Recursos Humanos e da exploração do potencial formativo da Academia) dá-nos esperanças de que também o CGI e o futuro CA os possa considerar como instrumentos imperativos de melhoria da qualidade e de eficiência da Empresa nas próximas Linhas de Orientação Estratégica e no próximo Plano Estratégico 2018-2021.





IV – Do Orçamento:

A – Questões a esclarecer no PAIO 2018:

- 1) Seria do maior interesse, face às sucessivas alterações, que no presente Plano tivesse sido realizada uma análise comparativa referente ao exercício 2017, nomeadamente, entre o previsto inicialmente (no PAIO de 2016) e a estimativa de fecho.
Por outro lado, deveria ser apresentado maior detalhe das rubricas para se compreender a natureza das suas componentes (em especial no tocante a gastos).
- 2) A estimativa de Resultado Líquido para fecho do exercício de 2017 aponta para um valor próximo de zero. Este valor compara com o Resultado previsto no PAIO de 2016 onde a expectativa era de ver alcançado um Resultado Líquido positivo de 4,5 Milhões de €.

O que justificou o desvio no presente ano e que grau de confiança temos para que em 2018 não haja desvios tão ou mais significativos?

Assim, no ano de 2017:

(a) Os Proveitos previstos serão superiores em 15,25 Milhões de € aos de 2016 (crescimento de 7%), com aumento também nas receitas comerciais, que se deve exclusivamente a rubrica Outros, dado que as receitas de Publicidade e Distribuição diminuem.

(b) Este aumento previsto de Proveitos, entre 2016 e 2018, acabou por ser anulado pelo aumento dos Gastos e Perdas Operacionais (15,9 Milhões de €), essencialmente ao nível das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal, com os custos de Grelha a aumentarem 6,8 milhões de €, mas incluindo o Mundial de Futebol e o Festival da Eurovisão.

Qual a razão para estes desvios?

Será que esta diferença se pode justificar em exclusivo pela Emissão em Televisão Digital Terrestre (TDT) dos serviços de programas da RTP 3 e RTP Memória, que o Relatório do Conselho Fiscal da Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2017 refere ter representado um aumento de Gastos de 4,7 Milhões de € na rubrica de Fornecimento e serviços externos (FSE)?



Conselho de Opinião

Seria interessante avaliar a relação custo benefício da distribuição na TDT dos dois novos serviços de programas (incluindo, claro, o aumento do nível de audiências verificado).

(c) Desta forma, deverá alcançar-se um EBITDA um pouco abaixo do exercício de 2016 (menos 0,7 milhões de €).

(d) Ao nível do Resultado Financeiro obteve-se certamente uma melhoria, não perspetivada, das condições financeiras de financiamento.

(e) Ao nível do EBIDTA, o ano de 2018 afigura-se como atípico e muito influenciado pela:

- Produção e emissão do Festival da Eurovisão da Canção (Lisboa), com um custo estimado de 12,6 Milhões de € e uma receita estimada de 12 Milhões de €, ou seja, resultado negativo de 0,6 Milhões de €;
- Transmissão do Mundial de Futebol (Rússia), com um custo estimado de 12,6 Milhões de € e uma receita estimada de 7 Milhões de €, ou seja, resultado negativo de 5,6 Milhões de €;
- Aumento dos Gastos com o Pessoal em cerca de 3,5 Milhões de € comparativamente aos valores estimados para 2017, justificados pela reposição salarial, descongelamento das antiguidades e descongelamento de carreiras, bem como a admissão de trabalhadores (159) em face do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAP) e da ação inspetiva realizada pela ACT a 1 de março de 2017.

Por outro lado, somos de parecer que os fatores acima identificados, pela magnitude do seu impacto e o seu carácter extraordinário são merecedores de uma maior e mais pormenorizada explicação.

(f) Ao nível das Provisões espera-se em 2018 uma redução no valor de 1,7 Milhões de €, concorrendo assim positivamente para o Resultado Líquido alcançado. Quais as razões que justificam esta redução?

(g) Refere o Parecer do Conselho Fiscal a este Plano de Atividades e Investimentos e Orçamento (alínea f), que foi antecipado a reversão de provisões no montante de 1,9 milhões de €, durante o exercício de 2018, no âmbito da reestruturação prevista no projeto estratégico da empresa. Contudo, face ao previsto na NCRF nº 21, as provisões devem ser revistas à data de cada Balanço e ser ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente, devendo ser revertidas no momento em que deixe de ser provável um





Conselho de Opinião

dispêndio para liquidar a obrigação. Nestas circunstâncias, em termos contabilísticos o efeito positivo da referida reversão e correspondentes ativos por impostos diferidos deveria ter sido espelhado nos resultados do exercício de 2017 e não diferido para o ano de 2018.

(h) Se 2018 for um ano atípico, os do biénio de 2019 / 2020, pelo comportamento perspetivado, serão Exercícios Económico/Financeiros aparentemente isentos de fatores ou eventos extraordinários relevantes, não se almejando, contudo, resultados positivos significativos (Resultados Líquidos praticamente nulos). A título comparativo, veja-se que este valor nulo praticamente previsto, por exemplo para 2019, contrasta com 6,5 Milhões de € previstos no PAIO de 2016.

Deve pois ser realizada uma análise com o objetivo de potenciar a geração de Resultados com vista a que a empresa não careça de novos recursos de financiamento, que, no limite, terão que contar com o apoio do seu Acionista, ou, com o apoio dos portugueses por via de mais Receitas da CAV.

Por exemplo, nessa análise deverá ser avaliado o volume de Gastos (em especial da Grelha), a estratégia decidida de internalizar uma componente relevante das atividades de produção, a transmissão universal de todos os serviços de programas em HD, ou mesmo a possibilidade de aumento das Receitas Comerciais, num quadro em que, conforme refere o Relatório do Conselho Fiscal da Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2017, as receitas comerciais ficaram 209 mil € abaixo do previsto essencialmente devido à rubrica da publicidade cuja quebra foi mais acentuada e decorre diretamente de menores audiências.

- 3) No âmbito do Plano de Investimentos Plurianual foi previsto para 2017, um investimento de 4,1 Milhões de €. Considerávamos na análise ao anterior PAIO de 2016 que estes valores poderiam ser ambiciosos face ao plano de atividades anunciado ao nível do investimento tecnológico e de sistemas. Constata-se, hoje, que a estimativa de fecho do presente exercício de 2017 identifica um valor de 5,9 Milhões de €, ou seja, muito acima do valor do Orçamento (desvio de 31%). Ora, não são apresentadas quaisquer justificações para este desvio.

Para 2018 prevê-se um investimento de 4,28 Milhões de €, um corte superior a 50% face à versão original do PAIO 2018, claramente insuficiente face às necessidades da empresa.

- 4) Como sabemos, contrariamente à expectativa do ano de 2016 o valor do Endividamento sofreu uma derrapagem assinalável (84 Milhões de € previstos para um fecho de 2016 de 112,6 Milhões de €, ou seja mais 28,6 Milhões de €).



Conselho de Opinião

Para 2017 prevê-se que os financiamentos obtidos fechem a sua posição em 105,4 Milhões de €. O que traduz uma redução, que apesar de positiva, deve ser conjuntamente analisada com a derrapagem de 2016.

Por outro lado, temos ainda que considerar que a dotação de capital prevista para 2017, no valor de 10,4 Milhões de €, não se irá concretizar.

Neste contexto, 2018 não irá contar adicionalmente com uma nova dotação de capital no montante de 16,29 de Milhões de €, o que permitiria financiar a atividade da empresa e o nível de investimento desejável. Quais as consequências expetáveis de não haver sequer o aumento de capital de 10,4 Milhões de € em 2017, para além de não haver 16,29 Milhões de € em 2018?

Esta situação é o corolário da incapacidade da Empresa gerar resultados que sustentam os níveis de investimento previstos e a alteração das suas necessidades de fundo de maneiio.

- 5) Continua, de forma incompreensível, sem expetativa de resolução (pelo menos no triénio 2018 – 2020) o adiantamento de clientes de 150 Milhões de € realizado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, por conta da alienação do Arquivo Audiovisual. Esta situação que é merecedora de uma ênfase na Opinião emitida pelo Revisor Oficial de Contas da RTP, S.A. às Demonstrações Financeiras de 2016, sendo também referida no Parecer do Conselho Fiscal a este Plano de Atividades e Investimentos e Orçamento, onde se destaca o facto de não existir cobertura contratual por caducidade do último aditamento assinado.

A resolução desta situação poderia permitir a obtenção de um nível de Capitais Próprios positivos.



V – Recomendações:

1. Que se apresentem orçamentos claros, sustentados e analíticos para os diferentes serviços de programas (não esquecendo os dos Centros Regionais);
2. Que não haja atividades previstas dependentes da possível existência de folgas em termos orçamentais, aparentando que não há relação direta entre o Plano e o Orçamento (exemplo: último ponto da RDPI na página 30);
3. Que se implemente uma política de controlo de qualidade da programação, particularmente da contratada ao exterior, que dignifique o Serviço Público e garanta aos Portugueses transparência nos recursos investidos;
4. Que, para lá de alguns eventos efémeros ou das séries de ficção por vezes de discutível qualidade, se concentrem esforços no reequipamento e nas condições de qualidade e rigor de funcionamento da Empresa Pública;
5. Que se defina uma matriz de informação que, sem prejuízo das ligações à Europa e ao Mundo, dê relevância à proximidade, servindo mais e melhor o País e os Portugueses e se tirem lições das tragédias ocorridas em 2017 para que melhor se possa cumprir a Missão de Serviço Público da Rádio e da Televisão em caso de catástrofe, criando um Manual de Procedimentos específico;
6. Que se desenvolva uma política de Recursos Humanos e de Formação que, apoiada em convénios com instituições de ensino nacionais e internacionais, melhore as qualificações e competências dos trabalhadores a todos os níveis (sem esquecer a deontologia e a ética), com isso servindo os interesses da Empresa Pública e dos Ouvintes e Telespectadores.

Aprovado em Sessão Plenária do Conselho de Opinião.

Lisboa, 31 de janeiro de 2018

O Presidente do Conselho de Opinião

(Manuel Coelho da Silva)